

<b>Título do capítulo</b>	<b>CAPÍTULO 12 ACESSO SOCIAL À ÁGUA E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DAS MESAS TÉCNICAS DE ÁGUA NA VENEZUELA</b>
<b>Autores (as)</b>	Miguel Lacabana
<b>Título do livro</b>	<b>O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica</b>
<b>Organizadores (as)</b>	José Esteban Castro Léo Heller Maria da Piedade Morais
<b>Cidade</b>	
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano</b>	2015
<b>Edição</b>	
<b>ISBN</b>	978-85-7811-238-7

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea**

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



## ACESSO SOCIAL À ÁGUA E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DAS MESAS TÉCNICAS DE ÁGUA NA VENEZUELA<sup>1</sup>

Miguel Lacabana<sup>2</sup>

### RESUMO

A gestão do serviço de água potável e esgotamento sanitário tem-se alterado em alguns países, de formas centradas no Estado ou no mercado para outras de caráter sociocêntrico. Estas últimas assumem diversas formas, como é o caso das organizações comunitárias denominadas de mesas técnicas de água (MTAs) na Venezuela. As MTAs adquiriram uma importância fundamental para solucionar o acesso a esse serviço nos setores populares, ao mesmo tempo que se converteram em uma instância de participação e gestão que tem gerado uma nova institucionalidade, com grande protagonismo destes setores. Entretanto, a experiência das mesas técnicas, apesar dos êxitos alcançados, não está isenta de conflitos, tanto na oferta dos serviços como na participação e na autonomia destas organizações.

### 1 INTRODUÇÃO

Na Venezuela, as novas instituições, assim como as políticas de inclusão social originadas da Constituição de 1999,<sup>3</sup> tiveram e continuam tendo um grande potencial de transformação e emancipação. Trata-se de instrumentos que permitem a abertura de espaços para construir e fortalecer a autonomia da organização popular e contribuir para a construção de cidadania e de uma dinâmica política que coloca os setores populares em um lugar central do processo político venezuelano. Contudo, permanece vigente a pergunta de que tipo de poder se pode construir a

1. Traduzido do original em espanhol por Raony Silva Nogueira e Maria da Piedade Morais.

2. Professor e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento (Cendes) da Universidade Central da Venezuela e da Universidade Nacional de Quilmes, Argentina.

3. Com a vitória do presidente Hugo Rafael Chávez Frías nas eleições de 1998, inicia-se uma nova fase da luta pela hegemonia na Venezuela, na qual os setores populares apresentam um papel determinante na construção de um projeto nacional democrático-popular. A partir deste momento, e com os acontecimentos dos últimos anos, fica claro que o conflito sociopolítico enfrenta dois modelos diferentes e reflete esta nova fase na luta pela hegemonia. Um dos primeiros passos neste processo foi a promulgação, em 1999, da nova Constituição da República Bolivariana da Venezuela (Venezuela, 1999). Nela, está configurado o novo projeto nacional: passa-se da democracia representativa para a democracia participativa. Ela contém postulados fundamentais para uma política nacionalista, como ocorre em relação ao petróleo (impede-se sua privatização) e à água (declara-se bem de domínio público), entre outras atividades, ficando de lado os postulados neoliberais que haviam orientado a política do país desde a década de 1980.

partir de organizações que, embora tenham desenvolvido certo grau de autonomia política, continuam, por um lado, dependendo do Estado central, enquanto, por outro lado, muitas pertencem ao âmbito microlocal.

Não obstante se registre um importante avanço da democracia na tomada de decisões pela comunidade e na construção do poder popular, o processo não está isento de conflitos pelo uso dos recursos, pelo controle político e, em definitivo, pelo poder nestes territórios. Entre estas organizações de nível microlocal, encontram-se as mesas técnicas de água (MTAs), organizações comunitárias contempladas na Lei Orgânica para a Oferta dos Serviços de Água Potável e Esgotamento Sanitário (LOPSAS) (Venezuela, 2001), cujo objetivo é promover a participação da população na solução do acesso a estes serviços.

Com a entrada em vigência da LOPSAS e as mudanças introduzidas nas empresas públicas de oferta de água e esgoto (EPPAS), juntamente com a ação das MTAs, tem-se construído um novo tipo de relação comunidade-Estado, que não está mediada por atores privados nem por organizações não governamentais (ONGs). Esta nova relação contribui decididamente para a construção do que será chamado neste estudo de um novo governo participativo da água na Venezuela, bem como para combater a vulnerabilidade social dos setores populares no acesso ao serviço de água potável e esgotamento sanitário (SAPS).

Como se tem desenvolvido esse processo, que formas tem tomado, como tem sido a participação comunitária, não só na melhoria do acesso, mas também na tomada de decisões, e qual é a percepção que os setores populares têm desta experiência é a preocupação central deste capítulo, que possui como base diversos trabalhos de pesquisa realizados na última década (Lacabana *et al.*, 2008; Lacabana, Cariola e Carrodegua, 2004).

Nesses trabalhos, utilizaram-se simultaneamente instrumentos quantitativos e qualitativos na coleta de informações necessárias para a análise. Os casos foram selecionados com base na experiência de vários anos de trabalho, em diferentes comunidades (*barrios*) de setores populares da Venezuela e também na interação com as EPPAS em Caracas e sua interface periurbana, em cidades do interior e em áreas semirrurais. Os casos analisados são de *barrios de invasión*,<sup>4</sup> os mais antigos com aproximadamente setenta anos de fundação. O *barrio de invasión* mais recente tem apenas sete anos de existência no momento de elaboração deste capítulo.

Não obstante todos os casos tenham em comum “o problema da água”, por sua condição de *barrios de invasión*, o grau de consolidação destes introduz diferenças significativas, pois alguns possuíam canalização de água e um abastecimento

---

4. *Barrios de invasión* são assentamentos autoconstruídos por seus habitantes em terras públicas ou privadas, invadidas com tal finalidade.

com certo grau de regularidade (casos consolidados), enquanto outros (invasões recentes) tinham acesso à água por meio de projetos comunitários impulsionados pelas empresas públicas prestadoras do serviço de água potável e esgotamento sanitário através das MTAs, como uma política de Estado. Também é necessário apontar que os casos possuem diferentes graus de complexidade tanto no que se refere à solução do problema da água, quanto no que concerne à situação interna das comunidades e de suas organizações e os conflitos que se deflagram nelas.

A primeira parte deste capítulo trata das mudanças no marco regulatório dos serviços de água e esgoto, assim como do papel das MTAs no novo modelo de gestão do SAPS, denominado de governo participativo da água na Venezuela. A segunda parte descreve, com base em pesquisas qualitativas, os sucessos e os conflitos nas ações das MTAs em prol do acesso social à água. Finalmente, no marco da luta pela hegemonia política, este estudo faz reflexões sobre a participação, a autonomia e a democracia nas MTAs e o seu papel na construção do poder popular e de um novo modelo de país.

## 2 O NOVO MODELO DE GOVERNO PARTICIPATIVO DA ÁGUA NA VENEZUELA

O debate sobre a governabilidade dos serviços de água potável e esgotamento sanitário se associam, de um lado, a um modelo de *serviço privado* (regulado ou não regulado) e, por outro, a *serviços sob controle público*. Estes dois modelos prevaleceram durante mais de um século, complementados, em alguns casos, por formas que incorporavam, mas em menor medida, o *controle popular* ou *comunitário*, segundo cada caso (Castro, 2005).

A partir da década de 1980, e como parte da adoção das políticas ligadas ao Consenso de Washington, assistiu-se a uma forte confrontação para mudar o modelo de governabilidade centrado no Estado para um centrado no mercado.<sup>5</sup> O resultado mais geral foi a privatização destes serviços com base no que Castro (2005) chama de uma racionalidade mercantil, e não uma racionalidade econômica que invertia a ordem das prioridades: não se tratava de assegurar a melhoria do serviço, e sim a rentabilidade econômica das novas empresas, independentemente de sua contribuição em relação a esta melhoria (Budds e McGranahan, 2003).

O princípio de mais mercado e menos Estado que prevaleceu em muitos países da América Latina aprofundou a vulnerabilidade dos cidadãos diante da discricionariedade da gestão do serviço, dando lugar, em alguns casos, a fortes conflitos que acarretaram a resistência à privatização e a definição de um sistema

---

5. "Pode-se dizer que as transformações introduzidas no campo da gestão dos recursos naturais e de serviços públicos essenciais a partir da década de oitenta, especialmente mediante as políticas de desregulamentação, liberalização e privatização constituem uma tentativa de descentrar o sistema de governabilidade tradicionalmente fundado sobre a premissa do papel regulador do Estado e recentrá-lo sobre a base dos princípios do livre mercado" (Castro, 2005, p. 6).

de oferta de água e esgoto com maior controle social. Sem dúvida, a decomposição do Consenso de Washington e os resultados negativos das políticas associadas a ele deram lugar a uma acumulação de forças sociais que, em maior ou menor medida, permitiram recriar processos democráticos participativos na América Latina; neste contexto, também se coloca em prática um novo modelo de governo dos serviços de água e esgoto *sociocêntrico* perante a dupla *serviço privado não regulado versus serviços sob controle público*.<sup>6</sup> Nesta mudança para um modelo mais participativo, inserem-se as novas propostas sobre a gerência da água na Venezuela.

Para compreender o funcionamento do SAPS na Venezuela, é necessário fazer referência ao seu marco regulatório, o qual é relativamente recente e possui sua base legal na Constituição de 1999, por um lado, e, por outro, na Lei Orgânica para a Prestação do Serviço de Água Potável e Esgotamento Sanitário (LOPSAPS) de 2001. O novo modelo institucional aprovado implica uma mudança fundamental na visão e na gestão do serviço de água e esgoto, na qual a presença do Estado em algumas fases do serviço e a participação popular são elementos substanciais.

Nesse sentido, no que se refere ao SAPS, é necessário destacar pelo menos três aspectos que a Constituição venezuelana de 1999 consagra. Primeiro, a democracia participativa e protagonista (Preâmbulo, Artigos 70 e 182); segundo, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável como premissas de políticas de Estado (Artigos 127 e 128); e, terceiro, um princípio largamente debatido e objeto de controvérsias: a propriedade do recurso *água*. O Artigo 304 estabelece que “Todas as águas são bens de domínio público da Nação e insubstituíveis para a vida e o desenvolvimento. A lei estabelecerá as disposições necessárias a fim de garantir sua proteção, seu aproveitamento e sua recuperação, respeitando as fases do ciclo hidrológico e os critérios de ordenamento do território” (Venezuela, 1999, Artigo 304, tradução nossa).

Além disso, a LOPSAPS estabeleceu um marco regulatório coerente, estável e permanente. Entre 1991 e 1999, foram gerados mais de cem instrumentos que regulavam o setor, e havia uma desordem, em relação às competências dos níveis municipal, estatal e central, que gerou uma crise permanente no setor de água, uma crise de organização (Francisco, 2005). A LOPSAPS estabeleceu um novo esquema institucional que divide as funções de coordenação, regulação e gestão, a transferência do serviço para os municípios e a possibilidade de constituir um tipo de organização denominada MTA.

As MTAs, enquanto organizações comunitárias, contribuem para a participação dos cidadãos no SAPS e, de fato, se transformaram em um mecanismo

---

6. “Um enfoque centrado na sociedade é pertinente para este propósito, já que permite o exame de modelos de governança alternativos àqueles que se baseiam principalmente em estruturas hierárquicas (como o Estado) ou no mercado. Estes modos alternativos dependem menos de instrumentos de políticas de cima para baixo e se referem à necessidade de identificar meios interativos de organização social” (Allen, Dávila e Hofmann, 2005, p. 28, tradução nossa).

fundamental para a organização das comunidades, o acesso social à água, a política de oferta do serviço e o funcionamento das EPPSAS.<sup>7</sup>

A formação das MTAs para solucionar o acesso ao SAPS se impulsiona a partir das EPPSAS, no marco das políticas de inclusão social que fortalece o governo como parte da estratégia de desenvolvimento social. São formas de participação que buscam superar a visão assistencialista, paternalista e clientelista que tem marcado por décadas a relação da sociedade com o Estado, fortalecendo o papel e as responsabilidades das próprias comunidades para melhorar suas condições de vida.

Essas organizações canalizam a participação das comunidades para obter, melhorar, manter e vigiar um serviço de água e esgoto de qualidade para seus assentamentos, assim como para criar uma cultura da água que valorize e cuide deste recurso. A relação destas organizações com os organismos públicos, principalmente com as EPPAS, está baseada em uma visão de corresponsabilidade e identidade com o serviço. Ou seja, as comunidades não somente demandam um serviço e o utilizam, mas também ajudam a construí-lo e são parte dele. Neste processo de construção do serviço, em que as comunidades participam desde o diagnóstico inicial<sup>8</sup> e da elaboração do projeto até uma contínua tarefa de vigilância, as comunidades vão construindo simultaneamente uma rede de relações e valores que contribuem para a construção da cidadania.

Essa estratégia participativa tem contribuído decisivamente com o grande objetivo de ampliar o acesso da população à água potável e ao esgotamento sanitário e, também, de cumprir antecipadamente com as metas do milênio na Venezuela.<sup>9</sup> Ademais, incidiu de maneira positiva na construção de uma cidadania social mediante o fortalecimento dos tecidos comunitários e o desenvolvimento de uma nova institucionalidade, entendida como uma nova rede de relações comunidade-Estado que se inicia com as MTAs, e, igualmente, contribuiu com o objetivo de criar uma nova cultura da água<sup>10</sup> (Lacabana e Cariola, 2005).

---

7. Embora a proposta organizativa das MTAs remonte ao período 1993-1996, durante o governo municipal do prefeito de Caracas, professor Aristóbulu Isturiz, ela foi recuperada e posta novamente em vigor a partir de 1999, com a nova gestão das empresas públicas provedoras do serviço de água potável e esgotamento sanitário.

8. A metodologia de trabalho das MTAs consiste nos aspectos explicitados a seguir. Elaboração do plano ou *croquis*: representação em um mapa do *barrio*, do setor ou do casario, com suas respectivas redes de água potável e de esgoto, com o objetivo de evidenciar os problemas. Censo de água: reunião de toda a informação sociodemográfica necessária para enfrentamento dos problemas detectados. Diagnóstico-projeto: colocação em prática da solução do problema levantado, mediante um plano que permita articular os recursos existentes e, se estes não forem suficientes, buscar organizadamente aqueles que são necessários.

9. As metas do milênio foram avaliadas no decorrer de 2005 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a finalidade de observar os avanços e introduzir, quando fosse o caso, correções às diretrizes e às políticas estabelecidas para cumprir com estas metas. Neste contexto, o caso da Venezuela resulta de sumo interesse, visto que as metas de acesso à água potável, programadas para 2015, foram alcançadas em 2005. Como exemplo, a cobertura de água potável na Região Metropolitana de Caracas aumentou de 86%, em 1998, para 95%, em 2004 (Venezuela, 2005).

10. A nova cultura da água refere-se ao processo educacional em torno dos direitos e das responsabilidades no uso deste serviço, que, também, integram a cultura da cidadania. Têm-se desenvolvido importantes campanhas nas escolas, especialmente de nível primário, embora não se possa afirmar que se tenha avançado substancialmente nesta direção.

A maturidade alcançada pelas MTAs<sup>11</sup> tem permitido que elas não somente se encarreguem de realizar um diagnóstico participativo de suas comunidades, mas também de levar adiante a execução de propostas concretas para solucionar os problemas detectados. Neste sentido, a experiência do Fundo de Financiamento de Projetos Comunitários, pelo qual se financiam os projetos propostos pelas MTAs, é fundamental.<sup>12</sup> Este fundo designa recursos para as MTAs para serem investidos em projetos que as comunidades tenham desenvolvido e lhes permite participar diretamente na alocação de recursos e na administração direta destes recursos com a participação da matriz C.A. Hidrológica de Venezuela (HIDROVEN). Esta política tem sua base no Artigo 170 da Constituição venezuelana, que outorga às comunidades a participação no desenvolvimento e na execução de políticas públicas, de acordo com os princípios de cogestão, autogestão, coordenação, interdependência, cooperação e corresponsabilidade cidadã (HIDROVEN, 2006).

A aplicação desses princípios ao desenvolvimento do SAPS deu lugar a mudanças importantes no sistema, que podem se resumir em dois grandes processos em curso. Um se refere à ampliação do serviço com maior equidade no marco de uma nova visão da empresa pública provedora do serviço, que incluiu a criação de uma gerência de assuntos comunitários; o outro, à incorporação da participação comunitária na gestão do serviço e no objetivo de desenvolver uma nova cultura da água. Neste sentido, uma das principais características do SAPS é seu caráter participativo. A participação é entendida e implementada não como um tipo de participação instrumental, mas como uma efetiva e responsável das comunidades no desenho de políticas e na gestão do serviço pelas MTAs e dos conselhos comunitários de água (CCAs), a organização de segundo grau em que se agrupam as mesas que possuam um fornecimento comum ou, dito de outra forma, que pertençam a comunidades adjacentes.<sup>13</sup>

Um aspecto quantitativo notável é que atualmente existem mais de 8 mil MTAs, agrupadas em mais de 180 conselhos comunitários de água, onde interagem cerca de 7 mil representantes destas mesas para solucionar os problemas comuns e apresentar propostas às empresas prestadoras do serviço. Estes conselhos se reúnem todos os anos para realizar planejamentos estratégicos que vão além da prestação do serviço e se situam no nível da participação protagonista e na construção do poder popular (apêndice).

---

11. Em setembro de 2010, realizou-se o VII Encontro Nacional das Mesas Técnicas de Água, com a presença de representantes das mais de 8 mil mesas existentes na Venezuela (apêndice). Para isto, desenvolveram-se previamente encontros e conselhos comunitários de água.

12. Esse fundo foi aprovado, em 2005, pelo presidente Chávez, por meio do Ministério do Poder Popular para o Meio Ambiente, e está destinado à C.A. Hidrológica de Venezuela (HIDROVEN) – a *holding* das empresas públicas regionais de oferta de água potável e esgoto –, sendo de sua responsabilidade.

13. A gestão comunitária funciona por meio das MTAs e também dos conselhos comunitários. Por exemplo, na área Metropolitana de Caracas atendida pela Hidrocapital, participam as MTAs de vários setores, localizados em uma mesma zona abastecida pela mesma rede e pelo mesmo ciclo de oferta (Hidrocapital, 1991).

### 3 AS MESSAS TÉCNICAS DE ÁGUA: O ACESSO SOCIAL À ÁGUA PERANTE A VULNERABILIDADE SOCIAL

A análise das experiências das MTAs parte de dois princípios básicos: *i*) que se está na presença de contínuos processos de democratização e construção de comunidade, que tendem a uma maior inclusão dos setores populares. Estes processos não estão isentos de conflitos, particularmente pela permanência de velhas práticas e luta pelo poder em nível microlocal; e *ii*) as MTAs são organizações de base, com forte apoio do Estado, que abrem espaços para a participação popular e o aprofundamento da democracia<sup>14</sup> e possuem importantes níveis de autonomia em sua atuação.

Com o intuito de solucionar o problema do acesso à água, os setores populares têm passado por diferentes etapas para obtê-la: da coleta da água de córregos e bicas públicas, recebida através de mangueiras, comprada ou ofertada por órgãos públicos por meio de caminhões-pipa, passando pela luta reivindicativa perante o Estado para ter acesso ao serviço, ou acesso parcial ao serviço por redes domiciliares (em alguns casos, formalizado com medidores), até, finalmente, a constituição de MTAs e a elaboração de projetos comunitários para diminuir a precariedade do serviço ou ter acesso a ele.

Em todos os casos analisados, comprova-se que as MTAs, enquanto organizações comunitárias de base, têm exercido um papel fundamental como instrumentos não só para solucionar um problema fundamental, como é o acesso aos serviços de água e esgoto, mas também como um meio para apoiar as comunidades no lado organizacional, na construção da cidadania e na abertura de espaços de comunicação e interação dentro da comunidade, com outras organizações e com o Estado, por meio de diversos organismos, mas destacando as EPPAS como suas principais interlocutoras.<sup>15</sup> Nesse sentido, as MTAs têm operado como um mecanismo idóneo para ajudar a constituir redes sociais, pois não apenas interagem com outras organizações comunitárias, mas também sua experiência e atuação têm sido decisivas para a formação de novas organizações, especialmente os conselhos comunitários, que são as organizações de construção da autogestão comunitária e a instância para resolver os problemas da comunidade.<sup>16</sup>

14. "A democracia para nós é uma coisa muito simples: é todo o processo de transformação de relações de poder em relações de autoridade compartilhada. E isto não só no espaço público; também na família, na rua, na escola, na fábrica" (de Sousa Santos, 2005, p. 60, tradução nossa).

15. Como resultado das políticas neoliberais dos anos 1990, os setores populares foram relegados ao isolamento socioterritorial, no sentido de sua exclusão do mercado de trabalho, da vida política e até da possibilidade de atravessar fisicamente os limites de seus *habitat*. Contudo, a partir de 1999, as novas políticas públicas foram abrindo espaços que permitiram a participação destes setores na solução de seus problemas microlocais e, além disso, se transformaram em protagonistas fundamentais da vida política da Venezuela (Cariola e Lacabana, 2005).

16. Embora haja antecedentes, como a Constituição de 1999, os conselhos locais de planejamento, os conselhos paroquiais e comunitários, foi em abril de 2006 que se promulgou a lei dos conselhos comunitários.



Dado que o problema da água tem sido uma constante nos setores populares, as MTAs nascem de uma necessidade sentida nas comunidades que é a de regularizar o acesso ao serviço. Este processo é semelhante em todos os casos mesmo quando as características de cada um introduzem algumas diferenças. A formação das MTAs convoca a comunidade de forma ampla e esta participa de assembleias para a designação de seus membros. Geralmente se visualiza um forte compromisso das pessoas, não isento de conflitos e certo ceticismo de outras pessoas, que geralmente desaparece quando se começa a ver que as ações das MTAs apresentam resultados positivos.

Quando essas ações se concretizam em um projeto comunitário, a participação aumenta, embora, como será visto mais adiante, também ocorram grandes conflitos associados à administração dos recursos monetários e outros menores por desavenças pessoais. Na etapa prévia de formação e início das atividades das MTAs, que inclui a realização do cadastro, censo da população, *croquis* das redes e desenho do projeto, obtém-se uma boa participação, principalmente dos membros da MTA. Em contrapartida, é particularmente importante a maior participação e o consenso do conjunto da comunidade quando o projeto recebe os recursos monetários para sua execução.<sup>17</sup> Este projeto se transforma não só em um instrumento material para solucionar total ou, com mais frequência, parcialmente<sup>18</sup> o problema da água, mas também em um fato simbólico<sup>19</sup> que agrega a comunidade, convocando-a a participar de diversas atividades, fortalecendo a cidadania e a autoestima coletiva e pessoal.

Terminado o projeto e alcançado o objetivo de melhorar o acesso ao serviço de água, a participação nas atividades da MTA “estanca-se” e pode-se falar de um patamar de participação (Lacabana *et al.*, 2008) em que esta cresceu, mas depois não se ampliou, e tudo aquilo que tem relação com as atividades da MTA é assumido por uma ou poucas pessoas ligadas ou não à organização inicial.<sup>20</sup>

---

17. Nas palavras de um entrevistado: “Bom, aqui, todavia, ainda existe algum, na verdade, que ainda apresenta essa apatia. Não, eu não vou a essa reunião, o que é isso. Mas quando se convoca são coisas fortes, coisas por decidir em relação aos projetos, coisas importantes a que nós nos dedicamos bastante. Sim, assiste à maioria, quase a maioria da comunidade” (Lacabana *et al.*, 2008, tradução nossa).

18. Parcialmente, no sentido de que não é possível ter acesso a um serviço disponível 24 horas todos os dias, como nas áreas formais da cidade, por questões técnicas relativas tanto ao sistema de água quanto ao contexto físico no qual se assentam as comunidades populares.

19. Como fato social que orienta a interpretação do mundo que os sujeitos sociais envolvidos na situação apresentam a respeito de seu entorno imediato e mediato.

20. Essa é uma constatação do trabalho de pesquisa realizado em profundidade em seis casos de diferentes áreas do país (Lacabana *et al.*, 2008). Também Lander (2010, p. 21, tradução nossa) apresenta uma percepção similar, quando afirma: “Mas ainda nas áreas de mais êxito persistem problemas. As políticas orientadas a transformar as empresas de água, de empresas estatais tradicionais em empresas propriamente públicas (ou seja, do público, de todos e todas), e o impulso dos processos organizativos em torno da água, como têm sido as mesas técnicas de água e os conselhos comunitários, destacam-se, tanto na Venezuela como no exterior, como algumas das experiências democráticas mais ricas deste processo. Sem dúvida, hoje a lógica expansiva destes fecundos processos organizativos parece haver se interrompido; há um desgaste inegável na capacidade de resposta das EPPAS e uma perda da iniciativa nas comunidades organizadas”.

Em alguns casos, trata-se de certas formas de operação microlocal do serviço, como a abertura e o fechamento de registros; em outros, a MTA espera obter o faturamento e a cobrança do serviço, mas não quer se responsabilizar pela parte operacional que se imagina nas mãos da Hidrocapital. Por esta atividade, esta mesa técnica cobrará uma porcentagem do faturamento e, por sua vez, as pessoas envolvidas terão uma renda pelos trabalhos realizados. Este é um aspecto que pode ser observado como uma maior participação da comunidade na operação do serviço ou, também, como certa “privatização” ou “terceirização” microlocal do trabalho e um potencial foco de conflitos entre a comunidade e a MTA pelo pagamento das atividades que seus membros<sup>21</sup> realizam.

Quando o projeto termina, enfraquece a participação geral, e as atividades ficam nas mãos de uma só pessoa. Ocorre então um processo no qual a condição de líder comunitário parece transformar-se, no imaginário da comunidade, na de funcionário da empresa de provisão do serviço, justamente pelas funções operacionais que o líder cumpre. Também aconteceram casos nos quais líderes comunitários passaram a formar parte destas empresas. Embora estes exemplos pareçam indicar que a participação acaba reduzida a questões operacionais e, de certa maneira, estreitamente ligada à operação das empresas provedoras, também se destaca que se tem alcançado um nível maior de envolvimento e participação que não tem retorno e permaneceu na memória coletiva como um ativo político e social para o futuro.<sup>22</sup>

Esse patamar de participação não significa uma valoração negativa da MTA por parte dos membros da comunidade, e sim contra os objetivos mais gerais, que não se reduzem apenas à melhoria do acesso à água, mas também a questões fundamentais, como o fortalecimento de uma nova cultura da água pela valorização do recurso, o não desperdício, o pagamento da tarifa social e a preparação para enfrentar contingências individuais ou coletivas relacionadas com o serviço. Embora esta situação trate dos limites que as reivindicações por serviços em termos de participação possuem, há de se destacar os impactos positivos e fundamentais

21. Nas palavras de dois entrevistados de diferentes comunidades a respeito da participação: 1. “Aqui bem, agora mesmo, nós temos doze registros aqui dentro, verdade, mas o trabalho aqui dentro é ‘voluntário’, o que temos que fazer de ‘forma voluntária’, então o registro antes o manejava o senhor Luis, ele também esteve bastante envolvido na luta e isso, então um dia ele veio e me entregou o registro, que estava cansado que não sei que, na verdade são doze registros (...) e então meu marido e eu estamos abrindo os registros e o meu filho de quatorze anos passa com um caderno e recolhe a colaboração e põe as pessoas para assinar (...)”. 2. “Eu fui uma que fui discutir com Romel, então ele me disse: Mami não é culpa minha porque alguém me desligou a bomba! Então ele não tem quem o ajude, faz tudo sozinho, se tem que dividir, então não há comunicação com ele, porque a ele lhe colocam a culpa e na realidade é que as pessoas são muito espertas” (Lacabana *et al.*, 2008).

22. “(...) Sempre tomaram, como posso dizer, como exemplo a mesa técnica de água; sempre estão fazendo consulta, sempre pedem assessoria. Assim pode ser feito? Como se deve fazer? Por que se deve fazer? E tudo isso, sempre há uma consulta da mesa técnica de água e por isso penso que se estabeleceu um precedente político e social dentro da comunidade, porque fomos os primeiros em nível nacional a administrar o dinheiro, fomos os primeiros a dar esta oportunidade de mostrar que o povo é sábio. Aí demonstramos que nós do povo, somos sábios, de que não só os políticos e os profissionais são sábios, mas também o povo é sábio” (Lacabana *et al.*, 2008).

para a organização popular, as pessoas e as comunidades que derivam da criação e do funcionamento das MTAs.

O primeiro e mais direto desses impactos é a melhoria do acesso ao serviço, embora na maior parte dos casos não se obtenha um serviço regular e diário. Por sua vez, este acesso acarreta melhorias na vida cotidiana das famílias e na saúde das comunidades, sobretudo se está complementado também com projetos de esgotamento sanitário. Outro aspecto que deve ser ressaltado em todos os casos estudados é a ampliação da obra para além dos objetivos iniciais, como consequência do compromisso da comunidade para assumir parte das tarefas que os projetos demandam e da poupança de recursos que permitem realizar estas ampliações.<sup>23</sup>

Nesse processo, visualiza-se também outro aporte das comunidades, talvez mais intangível, mas nem por isso menos importante, que é o conhecimento e as propostas para melhorar a implementação do projeto. É o que neste estudo se denominou de encontro de saberes, que se dá com maior intensidade nos *barrios* mais consolidados, tanto pela experiência em participação de seus habitantes e líderes comunitários, quanto pelo conhecimento detalhado das infraestruturas existentes e dos problemas que os afetam. Este encontro é um aporte de duas mãos, pois fortalece os saberes e o conhecimento técnico dos habitantes do *barrio*, assim como de técnicos e profissionais das EPPAS. Além disso, deve-se ver como um impacto positivo sobre a comunidade toda vez que o resultado destes aportes se converte em um produto objetivo, o que também se expressa positivamente no nível subjetivo. O crescimento da autoestima pelos resultados alcançados é o principal exemplo deste efeito positivo.<sup>24</sup>

Outros fatores de impacto positivo em todos os casos estudados foram a tendência a resolver os problemas coletivamente, o fortalecimento do sentido de pertencimento à comunidade e a motivação para participar de outras organizações e projetos comunitários, assim como de missões sociais e diversas atividades coletivas. Um ponto importante é a relação das MTAs com os conselhos comunitários, que nem sempre é harmônica e tem dado lugar a uma discussão sobre a necessidade ou não de as MTAs permanecerem ao longo do tempo cumprindo as funções

---

23. Um caso emblemático nesse sentido é a Califórnia II, um assentamento na periferia de uma capital do interior do país, onde a administração dos recursos pela comunidade e sua participação nos trabalhos permitiram uma ampliação da rede para toda a comunidade em relação ao projeto inicial, que só contemplava uma cisterna e uma fonte de água coletiva.

24. "Olhe, isso [sobre mudanças de nível pessoal], se te digo isso de forma emocional, de verdade, eu sinto uma grande mudança (...) bastante significativa, pois sinto uma mudança, eu voltei – ou seja, estou vivendo outro tipo de vida, quer dizer, outra etapa de minha vida". "Eu me sinto mais seguro, sinto mais vontade de continuar vivendo, me sinto com mais vontade de continuar trabalhando tanto por minha comunidade como pelo meu projeto político, revolucionário; volto a repetir, por meu projeto bolivariano estou disposto a qualquer coisa, como for e quando for" (Lacabana *et al.*, 2008, tradução nossa).

que vinham executando anteriormente, ou se devem se incorporar aos conselhos comunitários, e estes levarem adiante as funções que aquelas cumpriam.<sup>25</sup>

A respeito desse último ponto, há um consenso bastante generalizado sobre a necessidade da permanência das MTAs, que coincide com a valorização positiva de sua experiência por duas vias distintas. A primeira refere-se às conquistas, à experiência, às aprendizagens, à organização etc. obtidas por práticas desenvolvidas pelas MTAs. Nesta via, cabe destacar o papel destas na construção de redes sociais, especialmente no desenvolvimento de novas organizações e no fortalecimento do tecido social comunitário. A segunda via referencia uma questão mais política: a consciência do papel destas organizações na construção do poder popular. Embora se possa pensar nos limites políticos que possui a atuação das MTAs por sua especificidade reivindicativa, também parece claro que se está caminhando em direção ao acesso ao poder por parte dos setores populares, entendido como força de transformação da sociedade, de acordo com o objetivo específico destes setores. Pode-se afirmar que esta experiência fica registrada na consciência e na condição de sujeitos sociais e, por isso, há um avanço na construção do poder popular. Contudo, para que este poder seja real, é preciso transcender da participação na solução dos problemas cotidianos das comunidades para o conhecimento e a tomada de decisões em escala macro. Esta situação remete novamente aos limites políticos das reivindicações por serviços. A partir da experiência das pessoas, no presente, há uma valoração positiva das MTAs, e espera-se que, no futuro, continuem existindo, pois se considera que contribuíram e continuarão a fazê-lo, em direção à construção do poder popular.

Um aspecto relevante a ser citado é a relação positiva e altamente valorizada com as empresas públicas provedoras do serviço e com a HIDROVEN, pois são instituições com um grande compromisso comunitário, o que as diferencia de outros órgãos do Estado. Nesta relação, destaca-se o acompanhamento destas empresas na formação e na capacitação por meio de cursos e oficinas sobre aspectos comunitários, administrativos e técnicos dos projetos.

A nova institucionalidade que se desenvolve a partir das políticas públicas inclusivas e da criação das MTAs marca uma nova relação com o Estado e, também, ocasiona uma institucionalidade interna, microlocal, por meio das redes de organizações geradas para atender às situações que assim o requereram (terra, saúde, energia, trabalho etc.), e tem consequências positivas na interação pessoal dos habitantes dos *barrios*, na identificação com sua comunidade e, como foi dito, na autoestima

---

25. Na medida em que a Lei dos Conselhos Comunitários (Venezuela, 2006) os define como a instância de participação, articulação e integração das diversas organizações comunitárias, coloca-se em dúvida a permanência das MTAs como organizações independentes, especialmente no uso dos recursos que, se supõe, deveriam ser destinados aos bancos comunitários, que são os órgãos financeiros destes conselhos.

pessoal e coletiva. Em referência a este último aspecto, é necessário ressaltar a liderança feminina, pois as mulheres têm sido agentes fundamentais na luta pela água e na organização, no desenvolvimento e nas realizações das MTAs. Nesta atuação, as mulheres que participam destas experiências comunitárias fortaleceram sua autoestima e passaram a ter uma nova visão de seu papel na comunidade e na sociedade.<sup>26</sup>

No marco da implementação dos projetos comunitários e de atuação das MTAs, é necessário um enfoque de gênero que resgate o papel das mulheres e dos homens. As análises de gênero partem de um princípio básico: a diferença sexual se transforma com o tempo, e no sistema vigente, em desigualdade social. Pode-se afirmar, apesar de algumas limitações, que, a partir da experiência de organização e participação associada às MTAs, a desigualdade de gênero é parcialmente<sup>27</sup> revertida e as mulheres ocupam um lugar relevante na organização comunitária e na construção do poder popular, embora seja necessário discutir os limites deste último processo.

Uma menção particular sobre a participação dos jovens faz-se necessária. Em poucos casos, destaca-se uma direção muito jovem formada por homens e mulheres, equitativa em termos de gênero, mas não isenta de conflitos, e que, embora às vezes tenha sido posta em discussão justamente pela questão geracional, tem obtido importantes avanços nos projetos de água e esgoto, assim como no desenvolvimento de outras atividades e organizações para a comunidade. Na prática, está claro que são produzidas mudanças na percepção que os jovens têm de seu entorno microlocal, da importância que sua atividade possui e de certo reconhecimento da comunidade por seu trabalho. Isto não significa que os problemas que os jovens possuem na comunidade serão solucionados, pois os trabalhos desenvolvidos por eles são muito pontuais e esporádicos. Com isso, gera-se uma tensão importante com o trabalho voluntário, pois em torno dele se desenrolam alguns conflitos importantes e com intensidades diversas, dependendo do nível de complexidade

---

26. Nas palavras de uma integrante de uma MTA: "As mulheres têm algo tão grande e participativo que nós mulheres temos o poder, o poder que não possuíamos antes – por exemplo: uma mulher antes não saía de sua casa, se saía, era para lavar, passar e cozinhar, mais nada. Mas, hoje em dia, nós mulheres nos arrumamos e nos valorizamos. Eu te digo, por experiência própria, que sou uma mulher que vive sozinha com meus filhos; meu filho já tem vinte anos. Eu não vivo com meu marido e tenho sido uma mulher e um homem e eu não posso parar de trabalhar, teho de seguir adiante, de executar, de lutar, de ser uma lutadora social para a comunidade, para a reserva, para o que me aparece e para colaborar com as pessoas para ajudar. Eu não estou dizendo que estou velha, que me doem as pernas, não. Para tudo há seu tempo, porque antes nós mulheres estávamos submissas, mas agora não, nós temos o poder, a força, a virtude e o espírito fortalecido para seguir adiante, somos ouvidas; uma mulher agora tem com o que e consegue a solução" (Lacabana *et al.*, 2008, tradução nossa).

27. Parcialmente, pois, embora as mulheres tenham tido um papel preponderante, pode-se perceber certa divisão do trabalho por gênero. Mesmo naqueles casos em que elas tiveram um papel fundamental na luta pela água (El 70 e Campo Rico) e participaram em postos-chave da organização, há tarefas, como lidar com o dinheiro, que ficam nas mãos dos homens. As mulheres assumem outras funções mais relacionadas com as atribuições tradicionais – preparar as comidas para os trabalhadores, por exemplo. Além disso, geralmente as mulheres expressam que sua participação se vê limitada pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com os filhos. Não é raro ver a participação de mulheres da terceira idade que estão mais tempo na comunidade e que, de certa forma, possuem maior autonomia e tempo para participar das tarefas comunitárias, além do conhecimento dos problemas da comunidade. Embora as tarefas mais pesadas sejam assumidas pelos homens, em uma clara relação com sua condição masculina, não é raro ver mulheres participando também nessas destas tarefas.

e necessidade do setor, o que dá lugar a percepções diversas e formas diferentes de se envolver no trabalho comunitário, em uma relação diretamente proporcional entre necessidade e participação.

Na maioria dos casos, são observados conflitos importantes em relação aos recursos financeiros alocados para os projetos. Em parte, estes conflitos têm relação com o pagamento dos trabalhos, como foi visto antes, e também com a desconfiança gerada, em alguns membros da comunidade, quanto ao seu uso, à falta de acesso direto a eles ou aos benefícios deles provenientes e, sem dúvida, ao problema do poder que se associa ao manejo desses recursos monetários. Contudo, as MTAs têm prestado contas tanto a suas comunidades quanto às EPPAS, com um sistema de prestações de contas semanal muito restrito, no qual o conflito tem uma base mais subjetiva que real.

Essas reflexões não podem ser feitas à margem destes dois importantes temas: lideranças e controle social. Embora tenham surgido novas lideranças com uma clara visão sobre a necessidade de impulsionar a formação, a participação e, em definitivo, um novo modelo de país, ainda se mantêm práticas clientelistas e autoritárias que em vários casos se desenvolveram por um forte personalismo de líderes comunitários, que não querem responder ao controle social de suas comunidades, mas pretendem manter uma relação direta com os órgãos do Estado sem a mediação e o controle comunitários, o que, por sua vez, também alimenta a continuidade de práticas clientelistas e paternalistas. Estas situações geram conflitos importantes e, novamente, se relacionam ao manejo dos recursos e ao poder real e simbólico derivado do controle destes. Embora a análise dos conflitos<sup>28</sup> ressalte um aspecto cultural negativo sobre o compromisso comunitário e político, ou de certos limites da mudança cultural com a persistência do individualismo, também é certo que o espaço organizacional das MTAs se torna um espaço de construção de subjetividades e de imaginários positivos, assim como de um senso de pertencimento e identidade da política e do político.

Uma reflexão necessária frente a essa realidade é se seria possível construir o poder popular – isto é, um tipo de poder popular com base nestas lideranças que não transcendem o microlocal, que se entronizam nas novas organizações comunitárias sem romper com os velhos esquemas, deixando de lado a efetiva participação das pessoas e dependendo diretamente do Estado.

---

28. Um aspecto que poderia exacerbar os conflitos é a polarização política, mas, na maioria dos casos, os responsáveis pelas MTAs e outros dirigentes comunitários têm expressado a necessidade de que prevaleça uma visão comunitária acima das diferenças políticas, ajudando assim a fortalecer a participação e a organização. Em uma entrevista: "Não, aqui não metemos a política. Nós tratamos de não tocar estes temas políticos, porque cada um tem sua simpatia e para não entrar em conflitos (...), pois temos chavistas e há pessoas da oposição, mas todas estão de acordo, queremos o trabalho, estamos interessados e há respeito e harmonia, cada um respeita a ideia do outro. [Ela é da oposição] ela colabora, vem trabalhar e vamos trabalhar (todos opinam igualmente), [não importa] o que seja a pessoa, o importante é que a pessoa trabalhe, tem sido a senhora uma das pessoas que levaram isto a peito e tem cooperado desde o princípio" (Lacabana *et al.*, 2008, tradução nossa).

#### 4 REFLEXÕES FINAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO, A AUTONOMIA E A DEMOCRACIA NAS MTAs

As novas formas institucionais tiveram e continuam tendo um grande potencial de transformação e emancipação, permitindo a criação de organizações de base, entre as quais se encontram as MTAs.

Por meio das MTAs e de outras organizações comunitárias de base, abriram-se espaços para construir e consolidar a autonomia popular e a cidadania não só em termos de direitos e obrigações, mas também na constituição de sujeitos políticos e, portanto, da politização do social, visto que não apenas se trata de se opor e resistir, como também de elaborar a dinâmica política e, principalmente, fazer com que ela volte a ocupar um lugar central na sociedade.

Desse modo, recoloca-se a questão do poder não só no debate público, mas também nas próprias organizações sociais. A questão do poder vai além de uma interpretação de empoderamento que coloca estas organizações e os setores que representam em lugar individual ou grupal autogestionário, com capacidade de ação em seu âmbito local, mas com pouca incidência no conjunto da sociedade – ou seja, sem impacto nos processos de mudança do modelo social em nível mais geral. Por isso, não se trata somente de administrar o conflito social por meio destas organizações e congelar as relações de poder fazendo destas organizações grupos de poder que apresentam suas próprias demandas e permitem a continuidade da fragmentação do campo popular, mas também de construir o poder popular e um novo modelo de país. Embora estas potencialidades estejam presentes nos processos descritos, nem sempre se avança neste sentido. O trabalho de campo realizado permite constatar que, em alguns casos, as MTAs parecem limitar-se ou até mesmo retroceder, tornando-se espaços de administração e contenção do conflito social, mas, em outros, se verifica que existe uma clara consciência do papel que exercem nos processos de transformação em curso.

Os processos de participação que se iniciaram na Venezuela, a partir da vigência da Constituição de 1999 e das políticas de inclusão social implementadas a partir de 2003, possuem uma forte ancoragem territorial. As novas formas de participação popular impulsionadas pelas políticas públicas têm uma característica principal referente à ancoragem *no território*, visto que se constituem em e a partir de *territórios sociais*, concebidos como espaços de vida das pessoas nos quais há uma expressão definida das necessidades compartilhadas pelas comunidades (D'Elia, 2002).

Ao se abordar a dimensão territorial dos processos de democratização em curso na Venezuela, dos quais as MTAs fazem parte, é necessário assinalar também a revalorização dos *habitat* populares, a reconstrução positiva das identidades populares, a ruptura das fronteiras urbanas simbólicas e o papel do Estado e da nação como referências de construção de identidade nacional e ampliação do âmbito público.

Apesar dos avanços obtidos, não se pode deixar de assinalar que persistem perigos para a autonomia, a democracia participativa e protagonista e os resultados alcançados com a organização comunitária. Entre os perigos, destacam-se: o controle social de cima para baixo; a burocratização da participação; a reintrodução ou permanência do clientelismo sob novas formas; a instrumentalização partidária; a exclusão de interesses populares por manipulação das instituições participativas ou por falta de compromisso da tecnocracia e da burocracia; a permanência nas comunidades da cultura de urgência, do individualismo, das lideranças tradicionais, do personalismo – em mais de uma oportunidade desenvolvido no calor da própria participação e a partir da alocação de recursos de forma direta a indivíduos. Saliente-se, ademais, em alguns casos, a criação de organizações de base ou a articulação destas organizações, como são os conselhos comunitários, “passando por cima” das comunidades e rompendo a confiança delas, ao não cumprirem com os objetivos propostos e com a transparência na utilização dos recursos que lhes são destinados.

Como foi apontado, a luta pelo controle dos recursos se transforma em um combate pelo poder nas comunidades e tende a desvirtuar os processos de democratização. Assim, fortalece-se a democracia, desejando-se alcançar a democracia revolucionária (Venezuela, 2007), mas isto não é possível se não há democracia interna nas organizações. Se seus membros não são democratas, é necessário revisar as ações, identificar as falhas e os obstáculos e avançar na construção do campo “do popular”.<sup>29</sup>

Nesse sentido, os processos de democratização, construção da cidadania, inclusão social e, acima de tudo, emancipação abriram novos caminhos para a liberação do potencial criativo e a mudança de valores nos setores populares. Estes processos permitiram também a reconstrução do mundo cotidiano destes setores e a redefinição positiva de sua subjetividade expressa, entre outras coisas, na ampliação e no fortalecimento da autoestima, da aprendizagem, do intercâmbio de saberes e do desenvolvimento de novas identidades, mesmo quando persistem conflitos, ameaças à autonomia e uma certa paralisia na participação.

Finalmente, pode-se afirmar que a história das MTAs é construída a partir da necessidade e da carência que os setores populares estão submetidos em suas condições de vida, da abertura de espaços para o exercício da democracia por meio das políticas públicas inclusivas e da participação destes setores nestas organizações para solucionar seus problemas. Este processo gerou uma identidade positiva das MTAs baseada nos avanços obtidos e na transparência das ações, que, em muitos casos, as diferencia de outras organizações comunitárias, ao mesmo

---

29. Nesse sentido, as perguntas e as reflexões de Lander depois das eleições de 2010 são muito pertinentes a este respeito. “Dadas as experiências do socialismo do século XX, é possível um processo permanente de aprofundamento da democracia sem a construção de um tecido social autônomo, se as organizações sindicais e populares de diferentes tipos estão colonizadas pelas estruturas do Estado e do partido?” (Lander, 2010, p. 16, tradução nossa).



tempo em que esta diferença se projeta na relação entre comunidade – MTA – e empresa hidrológica, gerando um novo tipo de institucionalidade. Dessa forma, a história das MTAs se transforma em memória ativa, em experiência acumulada dos setores populares na construção de uma nova democracia e de um modelo de país inclusivo e mais igualitário.

## REFERÊNCIAS

ALLEN, A.; DÁVILA, J. D.; HOFMANN, P. Gobernabilidad y acceso al agua y saneamiento en la interfaz periurbana: análisis preliminar de cinco estudios de caso. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 22, n. 59, p. 23-44, mayo 2005.

BUDDS, J.; MCGRANAHAN, G. Are the debates on water privatization missing the point. **Environment and urbanization**: experiences from Africa, Asia and Latin America, v. 15, n. 2, p. 87-114, Oct. 2003.

CARIOLA, C.; LACABANA, M. Los bordes de la esperanza: nuevas formas de participación popular y gobiernos locales en la periferia de Caracas. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 11, n. 1, p. 111-135, 2005.

CASTRO, E. J. Agua y gobernabilidad: entre la ideología neoliberal y la memoria histórica. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 22, n. 59, p. 1-22, mayo 2005.

D'ELIA, Y. Cambiando la orientación de las políticas públicas hacia el impacto en la calidad de vida desde una perspectiva de derechos y equidad. **Informe Social**, Caracas, n. 7, p. 10-14, 2002.

DE SOUSA SANTOS, B. **Reinventar la democracia, reinventar el Estado**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

FRANCISCO, C. Cambio y equidad del servicio del agua en Venezuela. **Cuadernos del Cendes**, v. 22, n. 59, p. 145-160, 2005.

HIDROCAPITAL. **Gestión comunitaria**. Caracas, 1991. Disponível em: <<http://migre.me/l4jDe>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

HIDROVEN – C. A. HIDROLÓGICA DE VENEZUELA. Manual de normas operativas para la ejecución de los proyectos comunitarios elaborados por las mesas técnicas de agua. **Fondo de Financiamiento de Proyectos**, Caracas, abr. 2006.

\_\_\_\_\_. **Información estadística sobre las MTA**. Caracas, 2011. Mimeografado.

LACABANA, M.; CARIOLA, C. Construyendo la participación popular y una nueva cultura del agua en Venezuela. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 22, n. 59, 2005.

LACABANA, M.; CARIOLA, C.; CARRODEGUAS, V. **Water and sanitation system (WSS) in the Caracas peri-urban interface**: change processes in the WSS, a new institutional structure, and community participation in the Tuy Valleys. London: University College, 2004.

LACABANA, M. *et al.* Las mesas técnicas de agua en el contexto de los cambios institucionales, la democracia participativa y la participación popular en Venezuela. *In: Informe final del proyecto*: mesas técnicas de agua, proyectos comunitarios y análisis de los procesos de participación. Caracas, dic. 2008.

LANDER, E. **¿Quién ganó las elecciones parlamentarias en Venezuela?** ¿Estamos ante la última oportunidad de debatir sobre el rumbo del proceso de cambio? Caracas, oct. 2010.

VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Venezuela, 1999.

\_\_\_\_\_. Ley Orgánica para la Prestación de los Servicios de Agua Potable y de Saneamiento-LOPSAPS. **Gaceta Oficial**, Caracas, n. 5568, 31 dic. 2001.

\_\_\_\_\_. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (RBV-PNUD). **Metas del milenio**. Caracas, 2005.

\_\_\_\_\_. Ley de Los Consejos Comunales. **Gaceta Oficial Extraordinaria**, Caracas, n. 5806, 10 abr. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/GRiR6v>>.

\_\_\_\_\_. Ministerio de Planificación y Desarrollo. **Plan Nacional Simón Bolívar**. Venezuela, sept. 2007.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HIDROVEN – C. A. HIDROLÓGICA DE VENEZUELA. **Gerencia de desarrollo comunitario**. [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/msTsPK>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

RODRÍGUEZ, S. A. Seis años después: mesas técnicas y consejos comunitarios de aguas – aportes para un balance de la experiencia desarrollada. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 3, sept. 2005.

VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. **Gaceta Oficial Extraordinaria**, Caracas, n. 5453, 24 marzo 2000.

## APÊNDICE

TABELA A.1  
Resumo das mesas técnicas de água (1º trim. de 2011)

Empresa pública	Estado	Número de MTA	Total de MTA	Número de CCA	Total de CCA	Número de representantes
Hidroandes	Barinas	173	285	2	3	10
	Trujillo	112		1		8
	Distrito capital	257		0		
Hidrocapital	Miranda	368	721	33	42	687
	Vargas	96		9		9
	Anzoategui	552		12		2.695
Hidrocaribe	Nueva esparta	103	826	4	22	437
	Sucre	171		6		981
	Aragua	421		10		456
Hidrocentro	Carabobo	449	936	8	19	384
	Cojedes	66		1		17
Hidrofalcon	Falcon	742	742	19	19	957
Hidrolago	Zulia	1.867	1.867	1	1	17
Hidrollanos	Apure	249	249	Não possuem	Não possuem	Não possuem
Hidropaez	Guarico	258	258	67	67	285
Hidrosuroeste	Tachira	587	587	1	1	24
Águas de Monagas	Monagas	303	303	Não possuem	Não possuem	Não possuem
Hidrolara	Lara	430	430	6	6	98
Águas de Ejido	Merida	98	337	2	5	64
Aguas de Merida		239		3		40
Águas de Yaracuy	Yaracuy	344	344	1	1	1
Aguas de Portuguesa	Portuguesa	248	248	Não possuem	Não possuem	Não possuem
Hidrobolivar	Bolivar	401	401	Não possuem	Não possuem	Não possuem
CVG GGOSH	Amazonas	25	75	Não possuem	Não possuem	Não possuem
	Delta amacuro	50		Não possuem		Não possuem
<b>Total</b>		<b>8.609</b>	<b>8.609</b>	<b>186</b>	<b>186</b>	<b>7.170</b>

Fonte: HIDROVEN (2011).